

INSPER INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA

RAFAEL TARDIVO SANCHES BIGELLI

IMPACTO DA INFLAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA

São Paulo - SP

2022

RAFAEL TARDIVO SANCHES BIGELLI

IMPACTO DA INFLAÇÃO NA DESIGUALDADE DE RENDA

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa, como requisito para a obtenção do diploma de bacharel em economia.

Orientador: Prof^ª. Laura de Andrade Karpuska Santos.

São Paulo - SP

2022

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo detalhar o argumento econômico sobre as vantagens que indivíduos de alta renda possuem frente a indivíduos de baixa renda, para superar pressões inflacionárias, e como isso potencializa a desigualdade de renda de um país. Para comprovar o argumento teórico, foi realizado um teste empírico, onde foi possível verificar a existência de indícios que mostram uma relação positiva entre inflação e desigualdade de renda, mensurada a partir do índice Gini. O citado teste empírico foi realizado a partir de um painel com 96 países e dados anuais entre 1990 até 2015, em que, para captar as individualidades de cada país na amostra, foi utilizado Efeito Fixo, com isso, foi observado que um aumento de 10 pontos percentuais na inflação elevaria o índice Gini em 0,83 ponto.

Palavras-chave: Macroeconomia. Desigualdade de Renda. Inflação.

ABSTRACT

This paper aims to detail the economic argument about the advantages that high-income individuals have compared to low-income individuals, to overcome inflationary pressures, and how it enhances a country's income inequality. To prove the theoretical argument, an empirical test was carried out and it was possible to verify that there is evidence that shows a positive relationship between inflation and income inequality, measured from the Gini index. The mentioned empirical test was carried out using a panel with 96 countries and annual data from 1990 to 2015, in which, to capture the individualities of each country in the sample, the Fixed Effect was used, as a result, it was observed that an increase of 10 percentage points in inflation would raise the Gini index by 0.83 points.

Keywords: Macroeconomics. Income Inequality. Inflation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
3	ARGUMENTO ECONÔMICO	10
4	METODOLOGIA, MODELO ECONOMETRICO E BASE DE DADOS.....	12
5	RESULTADOS.....	14
6	CONCLUSÃO.....	15
	REFERÊNCIAS.....	17

1 INTRODUÇÃO

É consenso entre os economistas que altos níveis de desigualdade de renda pode trazer prejuízos para o ambiente socioeconômico de um país, como o aumento da violência, concentração de poder, destruição de instituições inclusivas, entre outros. Ainda, a inflação traz, por sua natureza, uma redução no poder de compra dos agentes econômicos, tornando-os mais pobres, com isso, a inflação passa a ser um problema, pois esse fenômeno acaba afetando mais a renda disponível das pessoas pobres, pelo fato de possuírem menos oportunidade e acesso a *hegde* inflacionário.

A história econômica brasileira é marcada por uma série de surtos hiperinflacionários que foram prejudiciais para o crescimento sustentável da economia. De maneira geral, o país teve problemas inflacionários até 1994 com a implementação do Plano Real. Somado a esse contexto, é possível observar uma herança do desenvolvimento histórico associada com a desigualdade de renda, de acordo com o Renato Janine, no livro “O Valor das Ideias”¹, essa desigualdade só passou a se tornar pauta de candidatura políticas após os programas sociais do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ponto de intersecção onde esses fatos históricos se encontram é a maneira com que pressões inflacionárias afetam a desigualdade no país, agravando ainda mais o cenário crítico que a economia se encontra.

Esse debate volta a se tornar atual, pois a economia brasileira está passando por um avanço inflacionário causado, principalmente, pela expansão monetária, que trouxe a SELIC ao menor nível histórico, e fiscal, onde foram colocados diversos incentivos para reaquecer a economia em meio à crise do COVID-19. Fato é que, pressões inflacionárias dessa natureza podem vir a aumentar a desigualdade de renda entre os agentes econômicos, uma vez que, *players* mais ricos possuem maiores excedentes de consumo que se transformam em investimentos remunerados de maneira real o que, por consequência, acaba protegendo seu patrimônio contra inflação. Esse movimento cria uma distorção de renda, onde os agentes com maiores excedente possuem a possibilidade de remuneração acima da inflação, e os demais apenas veem seu poder de compra sendo reduzido, até um eventual reajuste de salários.

Com isso, entender as situações e a magnitude com que a inflação impacta na desigualdade de renda, pode colocar em dúvida a eficiência de certas medidas populistas de expansões fiscais somados a criação de déficit, construindo um viés crítico contra a narrativa

¹ LISBOA, Marcos e PESSOA, Samuel. O Valor das Ideias: debates em tempos turbulentos – 1ªED. (2019)

dessas medidas populista de combate à desigualdade de renda via gastos governamentais exorbitantes em períodos de instabilidade econômica e política.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No âmbito teórico existem diferentes linhas de pensamento que associam pressões inflacionárias com a desigualdade de renda.

Quando se analisa o modelo macroeconômico mais básico, podemos observar que, em equilíbrio, o investimento é igual a poupança criada pelos agentes, e poupança se define a partir da renda subtraída do consumo. Tal parcela da renda direcionada ao investimento, teria certa remuneração associada à produtividade do capital empregado. Neste ponto existe a potencialização da desigualdade, à medida que pessoas com menor renda possuem menos excedente do consumo, que seriam direcionados ao investimento, trazendo um ganho real e “blindando” seu patrimônio contra a inflação. Esse argumento foi fortemente utilizado por economistas para indicar tal relação, por exemplo em Romer e Romer² (1998), Easterly e Fischer³ (2001), Sabbadini e Rodrigues⁴ (2010), entre outros.

O artigo de Christina e David Romer⁵ (1998), coloca como ponto central do problema inflacionário, perante a desigualdade de renda, o fato que pessoas com mais renda possuem maiores acesso a ativos financeiros que protejam o capital contra a inflação, diferentemente de pessoas com rendas menores, destacando os veículos pelos quais a desigualdade é criada. O primeiro efeito seria frontal, onde mudanças não previstas nos preços afetam diretamente na desigualdade. O segundo estaria associado a boa alocação dos recursos, baseado no conceito de risco retorno, de forma que eventual incerteza criada por pressões inflacionárias, diminuem o investimento em capital “físico”, aumentando o retorno esperado exigido e comprimindo os salários. Em linha com o aumento do custo de contrato do trabalhador, o terceiro efeito vem com o aumento inflacionário na tributação por trabalhador. Ainda, sob um racional que a incerteza acarretaria a redução do investimento em capital humano, o quarto efeito traz fator

² ROMER, Christina; ROMER, David. Monetary policy and the well-being of the poor. NBER Working Paper Series, n. 6793, 1998.

³ EASTERLY, William; FISCHER, Stanley. Inflation and the poor. Journal of Money, Credit and Banking, v. 33, n. 2, p. 160-178, 2001.

⁴ RODRIGUES, Mauro e SABBADINI, Ricardo. Impactos da inflação sobre a desigualdade de renda. ANPEC, Área 3, classificação JEL: D30, E31, 2010.

⁵ ROMER, Christina; ROMER, David. Monetary policy and the well-being of the poor. NBER Working Paper Series, n. 6793, 1998.

responsável por diminuir a desigualdade de renda. Por fim, o quinto efeito pode ser constatado a partir de potencial aquecimento de um único setor por meio da inflação.

Vale ressaltar que esse estudo teve um papel disruptivo, já que artigos que buscavam associar inflação com desigualdade de renda acabavam tendo resultados controversos. Entretanto, no citado estudo de 1998, os autores criaram uma separação entre pressões inflacionárias esperadas e inesperadas. A inclusão desse elemento acaba enriquecendo a análise, pois agentes racionais, prevendo a inflação esperada, irão barganhar para manter suas rendas reais, causando pouco impacto na desigualdade de renda. Ao final desse artigo, foi observado uma relação positiva entre inflação e desigualdade de renda, onde, o aumento de 1 ponto percentual na inflação estaria relacionado a um aumento de 0,2 no índice de Gini.

Anos depois, Ricardo Sabbadini e Mauro Rodrigues⁶ (2010), encontraram um *gap* no estudo empírico de 1998, onde não foi incluído variáveis institucionais, como por exemplo controle, que trazem uma riqueza para a análise, diferenciando os efeitos em cada um dos países, podendo criar um viés. Assim, os economistas reelaboraram o estudo e identificaram a relação positiva do impacto inflacionário na desigualdade. Porém a existência de uma relação positiva entre desigualdade de renda e inflação, estava condicionada a permanência dos *outliers* na análise. Em meio a esse contexto o *paper* identificou que um aumento de 10 p. p estaria associado a uma elevação de 0,05 no Gini. O resultado encontrado foi inferior ao demonstrado por estudos anteriores, indicando que a generalização das pressões inflacionárias, somada à generalização da situação dos países, pode diminuir a relação negativa entre as variáveis.

Em uma análise mais recente, Pierre Monnin⁷ (2014), observando a relação entre desigualdade de renda e inflação em países desenvolvidos, conclui o estudo com um efeito ambíguo. De acordo com a análise, a inflação poderia impactar negativamente a desigualdade no curto prazo, e, com os reajustes de preços, é possível enxergar o comportamento esperado de que as variáveis são diretamente proporcionais. Entretanto, no agregado, o estudo associa o aumento da inflação com uma diminuição da desigualdade. O fato de o estudo ter sido direcionado para economias desenvolvidas e estruturadas pode gerar um viés, visto que Estados de países desenvolvidos tendem a focar seus esforços na criação de bem-estar social, podendo levar medidas mais efetivas que reduzam a criação de desigualdade.

⁶ RODRIGUES, Mauro e SABBADINI, Ricardo. Impactos da inflação sobre a desigualdade de renda. ANPEC, Área 3, classificação JEL: D30, E31, 2010.

⁷ MONNIN, Pierre; Inflation and Income Inequality in Developed Economies, 2014.

Assim, podemos observar que os estudos anteriores possuem *gaps* a serem concertados de maneira simultânea. É fato que condições estruturais e específicas de cada país, como por exemplo a propensão a poupar e riqueza dos indivíduos, pode impactar na maneira que a inflação impacta na desigualdade. Em adição, o tipo da pressão inflacionária (esperada ou inesperada) traz diferentes repercussões nos reajustes dos salários, podendo modificar a relação entre as variáveis ao longo do tempo. A partir disso, esta monografia visa observar os efeitos da inflação na desigualdade de renda sobre uma ótica de efeitos fixos, para captar as especificidades de cada um dos países e diferenciando os tipos de pressões inflacionárias, acima da meta ou abaixo.

3 ARGUMENTO ECONÔMICO

Diferentemente dos estudos anteriormente citados, que possuem uma argumentação teórica e uma análise empírica da relação entre as variáveis, os autores Cysne, Maldonado e Monteiro⁸ publicaram, em 2005, um modelo matemático de equilíbrio geral baseado em uma economia de *shopping-time*, associando a inflação e a desigualdade.

O universo criado consiste nas premissas de que agentes mais ricos possuem maior acesso a ativos transacionáveis, à medida que agentes mais pobres são mais dependentes de moeda. Com isso, os autores consideram a inflação como um custo de bem-estar, isso porque à medida que agentes mais ricos são mais produtivos dado suas maiores possibilidades de trocas, incorrem em menores *shopping-time*, ao contrário dos mais pobres, ficando mais suscetíveis em período de alta de inflação.

O modelo parte de um contexto em que, a riqueza dos indivíduos se baseia em sua produtividade de consumir $\delta_j > 0$. Onde, se a produtividade do indivíduo for menor que uma determinada produtividade de *cutoff* ($\delta_j > \delta_j \text{ cutoff}$) o indivíduo assume uma identidade (j_r) associada à um indivíduo rico, e, caso seja menor ($\delta_j < \delta_j \text{ cutoff}$) a de um indivíduo pobre (j_p). Com isso, é possível distinguir consumidores que terão acesso ao mercado de crédito, investimento e moeda (ricos), de outros que só terão acesso a moeda. Entretanto, ambos os indivíduos incorrem no mesmo ganho de utilidade à consumir, baseado na função:

$$\int_0^{\infty} e^{-gt} U(c_t) dt, c \in C([0, \infty), [0, \infty)),$$

⁸ CYSNE, Rubens Penha; MALDONADO, Wilfredo; MONTEIRO, Paulo Klinger. *Inflation and income inequality: a shopping-time approach*. *Journal of Development Economics*. Vol.78, p. 516 – 528, 2005

Assim, à medida que consumidores pobres possuem apenas acesso a moeda (M), consumidores ricos dispõem, além de moeda (M), de linha de crédito (X), que incorre em uma taxa de juros i_x , e possuem acesso a ativos financeiros (B), que rendem a uma taxa i . Partindo da premissa da existência de uma extensa competitividade no mercado financeiro, temos uma condição que $i - i_x = ki$, se $0 < k < 1$. Logo, a taxa com que indivíduos captam o crédito é inferior à remuneração dos ativos financeiros (B).

Temos que ambos os indivíduos possuem uma tecnologia de “compras” associada a função:

$$F(m, x, s), \text{ onde } m \geq 0, x \geq 0, F_m > 0 \text{ e } F_x > 0$$

Onde m e x , estão associados a $\frac{M}{\text{Preço}}$ e $\frac{X}{\text{Preço}}$. Entretanto, para os agentes pobres não existe acesso a crédito (X) (logo, $x = 0$). Com isso, o agente rico sempre terá mais tecnologia (F) de consumo em t para alocar seu c_t de maneira ótima:

$$\text{Agente rico: } 0 \leq c_t \leq F(m, x, s),$$

$$\text{Agente pobre: } 0 \leq c_t \leq F(m, 0, s),$$

Por fim, em períodos de alta inflação – preços se reajustando para patamares mais elevados, para uma mesma necessidade por liquidez. Isso, somado ao fato de que agentes pobres possuem menor produtividade δ_j , haverá um maior gasto de tempo no consumo. Representado nas derivadas abaixo:

$$\frac{\partial \text{Preço}}{\partial \pi} > 0, \text{ logo } \frac{\partial m}{\partial \pi} < 0, \text{ por fim: } \frac{\partial F}{\partial \pi} < 0,$$

O que acaba prejudicando os agentes de mais pobres e aumentando a concentração de renda para agentes que possuem mais tecnologia de consumo (F) e conseguem criar alocação em títulos (B), que remuneram à taxa de juros nominal. Logo, o modelo teórico criado em 2005, conclui que existe uma relação diretamente proporcional entre pressões inflacionárias e desigualdade renda, indagação a qual será testada nessa monografia a partir de uma validação econométrica de dados históricos observados na realidade.

4 METODOLOGIA, MODELO ECONOMETRICO E BASE DE DADOS

4.1 METODOLOGIA E MODELO:

Assim, de maneira similar a outros estudos temos que a hipótese testada estará relacionada a encontrar uma relação positiva entre o Desigualdade de Renda e a Inflação. A hipótese aqui tratada diz respeito a existência de uma relação diretamente proporcional entre Desigualdade de Renda e Inflação, além disso, espera se encontrar impacto mais intenso em momentos de pressões inflacionárias inesperadas. Essa hipótese é o *core* desse estudo, que tem como objetivo obter resultados que ajude os criadores de políticas públicas em suas tomadas de decisão.

Para realizar a testagem das hipóteses anteriormente elencadas, as principais bases utilizadas foram World Inequality Database e a CPI Reporting Country (IMF Data). Para a identificação da Desigualdade de Renda foi utilizado o índice Gini, que mede a distância (em área) a qual um país se encontra de um outro com Igualdade de Renda (50% das pessoas possuam 50% da riqueza local), esse dado foi retirado a World Inequality Database, onde foi possível captar o índice Gini de 200 países ao longo do tempo. Já para inflação foi utilizado o Índice de Preços ao Consumidor para cada um dos países, retirados da CPI Reporting Country (IMF Data) – onde foi possível observar as variações anuais dos Índices de Preços para o Consumidor de 101 diferentes países ao longo do tempo. Posteriormente a seleção das bases de dados das variáveis de estudo do modelo, foram elencadas as variáveis de controle, as quais auxiliariam na estimação do modelo servindo para eliminar explicações alternativas, reduzindo vieses implicariam em superestimação ou subestimação dos coeficientes das movimentações da variável resposta (Gini) em função da variável de interesse (Inflação). Essas, foram retiradas da PWT 10.0 (Penn World Table) – a qual apresenta dados de 183 países ao longo do tempo – e do The Worl Bank. As variáveis controles elencadas são: Crescimento do PIB, Crescimento Populacional, PIB per capita, a Relevância do Comércio para o PIB, Taxa de Juros alvo do Banco Central local e Taxa de Juros real do período

A indagação será respondida, observando o comportamento do índice Gini em painel ao longo do tempo, em função da inflação e das variáveis controles. Além disso, os efeitos serão observados de forma fixa, para conseguir segmentar os efeitos de países com especificidades

diferentes, como questões institucionais, elencadas por Rodrigues e Sabbadini⁹ (2010), por exemplo. Assim, a estratégia de identificação econométrica fica:

$$Gini_{it} = \alpha_i + \beta_{IPC} \times IPC_{it} + \beta_{CP} \times CP_{it} + \beta_{PP} \times PP_{it} + \beta_{CP} \times CP_{it} + \beta_{PC} \times PC_{it} + \beta_{TJ} \times TJ_{it} + \beta_{DUMMYII} \times DUMMYII_{it} + \epsilon_{it}$$

Onde, o índice Gini será explicado a partir da inflação (IPC), crescimento do PIB (CP), PIB per capita (PP), relevância do comércio internacional no PIB (CP), taxa de crescimento populacional (PC), taxa de juros alvo do Banco Central local (TJ) e uma *dummy* representando a períodos de inflação inesperada – assumindo valor 1 quando a inflação era acima da esperada e 0 quando contrário. A estratégia de identificação econométrica elencada, possui inspiração na trabalhada por Rodrigues e Sabbadini¹⁰ em 2010, somada aos pontos de melhorias anteriormente citados.

4.2 BASE DE DADOS:

Baseado no modelo econométrico criado e com a consolidação dos dados, foi criada uma base de dados com 96 países e com dados entre os anos de 1990 e 2015 resumidos nas tabelas 1 e 2:

Tabela 1: Resumo Estatístico e Descritivo das variáveis de Interesse

	GINI	CPI
Média	37,8315	4,6100
Desvio Padrão	10,3127	27,4833
Mínimo	18,0000	-28,6194
Máximo	78,6000	385,9075
p5%	24,1000	-0,6751
1º Quartil	30,2000	1,4100
Mediana	36,0000	2,9888
3º Quartil	45,0000	6,8354
p95%	56,4100	22,9675

Tabela 2: Resumo Estatístico e Descritivo das variáveis de controle

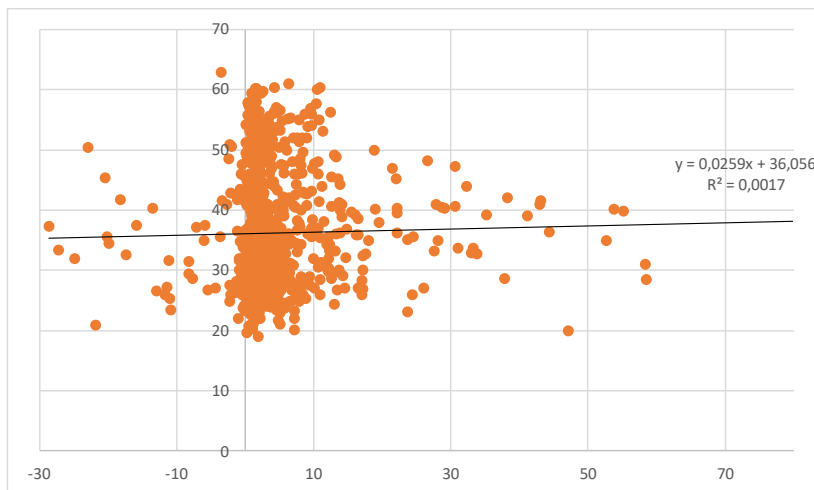
⁹ RODRIGUES, Mauro e SABBADINI, Ricardo. Impactos da inflação sobre a desigualdade de renda. ANPEC, Área 3, classificação JEL: D30, E31, 2010.

¹⁰ RODRIGUES, Mauro e SABBADINI, Ricardo. Impactos da inflação sobre a desigualdade de renda. ANPEC, Área 3, classificação JEL: D30, E31, 2010.

	p5%	1º Quartil	Mediana	3º Quartil	p95%	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Crescimento PIB	-8,96%	0,48%	4,24%	8,06%	17,73%	4,66%	16,38%	-95,68%	1292,91%
PIB per Capita	998,50	2.581,70	6.688,90	16.700,62	47.492,91	14.101,82	22.093,52	214,55	444.763,34
Comércio (%PIB)	6,22%	19,03%	36,91%	67,37%	147,18%	53,01%	32,8%	-34,81	24,36
Crescimento Populacional	-0,33%	0,75%	1,83%	2,75%	3,86%	1,81%	1,65%	-22,15%	19,28%
Taxa de Juros	-9,58%	1,91%	5,68%	9,91%	21,22%	5,67%	15,75%	-97,69%	628,32%
Dummy Inflação Inesperada						0,25	0,43	0,00	1,00

A partir de uma análise descritiva é possível observar que o índice Gini possui uma concentração dos valores ao redor da média e da mediana. Diferente do que acontece com a inflação, onde existe uma “calda” extensa na distribuição dos valores à direita, sugerindo uma alta variabilidade entre os números.

Gráfico 1: Gráfico de Dispersão entre Desigualdade de Renda (eixo y) e Inflação (eixo x)



Outra maneira de observar os dados é entender a relação gráfica entre o índice Gini (colocado no eixo y) e a inflação (indicada no eixo x). Pode-se observar que, dentro do período analisado, na média, existe uma relação positiva entre as variáveis descritas. O fato observado no gráfico anterior será a matéria testada na próxima secção.

5 RESULTADOS

Para mensurar os efeitos entre as variáveis estudadas foi utilizado o software estatístico STATA. Onde foi traçado uma regressão em painel com efeitos fixos para entender o comportamento do índice Gini de acordo com a estratégia econométrica elencada no tópico 4. A motivação por trás da escolha de observar os resultados dessa forma, se relaciona com a atenuação problema de omissão de alguma variável relevante para a explicação da desigualdade de renda, o que poderia implicar em um problema de endogeneidade. Com a visualização dos resultados via efeito fixo, o fator específico de cada país absorveria esse efeito, caso as variáveis

omitidas fossem constantes ao longo do tempo. A regressão obteve os seguintes resultados expostos na Tabela 3:

Tabela 3: Resultados da Regressão com Efeitos Fixos:

Gini	
IPC	0,083*
Crescimento do PIB	0,105*
PIB per capita	-0,000
% Comércio no PIB	-0,017
Crescimento do Populacional	0,006
Taxa de Juros	0,001
Dummy Inflação Inesperada	0,001

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

A partir dos resultados, podemos observar que a Hipótese criada anteriormente foi confirmada: existe uma relação positiva entre a inflação e o índice Gini, logo, há indícios de que pressões inflacionárias impactam aumentam a desigualdade renda. Além disso, a *dummy* representando as inflações inesperada foi positiva, entretanto não foi estatisticamente significativa.

Com base na amostra descrita anteriormente, podemos afirmar que o aumento de um ponto percentual na inflação aumenta o índice Gini em 0,083 ponto percentual. O resultado encontrado nesse estudo foi na mesma direção do encontrado por Rodrigues e Sabbadini¹¹ (2010) e Romer e Romer¹² (1998). Entretanto, assim como no estudo de 2010, o impacto da inflação mensurado foi inferior quando comparado com o trabalho elaborado por Romer e Romer, que verificou que um aumento de um ponto percentual na inflação eleva o índice Gini em 0,34 ponto percentual.

6 CONCLUSÃO

No modelo matemático de Cysne, Maldonado e Monteiro¹³ (2005), exposto no 3º capítulo desta monografia, podemos observar que pressões inflacionárias aumentam a desigualdade de renda. Esse evento se dá a partir de um mecanismo onde existe diferença no

¹¹ RODRIGUES, Mauro e SABBADINI, Ricardo. Impactos da inflação sobre a desigualdade de renda. ANPEC, Área 3, classificação JEL: D30, E31, 2010.

¹² ROMER, Christina; ROMER, David. Monetary policy and the well-being of the poor. NBER Working Paper Series, n. 6793, 1998.

¹³ CYSNE, Rubens Penha; MALDONADO, Wilfredo; MONTEIRO, Paulo Klinger. *Inflation and income inequality: a shopping-time approach. Journal of Development Economics*. Vol.78, p. 516 – 528, 2005

acesso a opções de remuneração do capital (investimentos) e métodos de pagamento entre agentes ricos e pobres.

A partir do estudo econométrico realizado foi possível observar esse efeito na prática, onde, com tudo mais constante, o aumento de 10 pontos percentuais na inflação aumentaria o índice Gini em 0,83 pontos percentuais, o que significaria uma piora no quadro de desigualdade de renda. Mostrando alinhamento entre o argumento econômico teórico e os testes empíricos.

O resultado obtido está em linha com os capturados nos estudos anteriores, confirmando que existe indícios de que pressões inflacionárias impactam positivamente o índice Gini, aumentando a desigualdade nos países. Essa informação é de extrema relevância para os criadores de políticas públicas tomarem decisões sobre expansões e incentivos fiscais em momentos delicados para a economia.

Um exemplo concreto é a situação vivenciada pelo Brasil, entre o fim de 2021 e início de 2022 houve uma deterioração do poder de compra e um grande volume de pessoas perdendo os empregos e migrando para o mercado informal. Mesmo com esse contexto, o debate permanece raso com discursos populistas e falaciosos, quando na realidade os esforços deveriam ser sobre mudanças estruturais que aumentariam o produto potencial do país.

Alguns países e anos tiveram que ser cortados da amostra, devido ao baixo número de informações referente as variáveis selecionadas. Assim, uma melhoria para trabalhos futuros é a o aprofundamento do trabalho em relação ao aumento no número de países analisados e a quantidade de anos na amostra, para que o efeito entre as variáveis seja capturado reduzindo vieses temporais e amostrais e com maior precisão.

Outro ponto está relacionado a diferenciar os países por cluster, observando o efeito da inflação sobre a desigualdade em países com níveis altos e baixos de desigualdade renda estrutural, podendo levar a novos resultados e abordagens.

REFERÊNCIAS

- CYSNE, Rubens Penha; MALDONADO, Wilfredo; MONTEIRO, Paulo Klinger. *Inflation and income inequality: a shopping-time approach*. *Journal of Development Economics*. Vol.78, p. 516 – 528, 2005.
- EASTERLY, William; FISCHER, Stanley. *Inflation and the poor*. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 33, n. 2, p. 160-178, 2001.
- EROSA, Andrés; VENTURA, Gustavo. On inflation as a regressive consumption tax. *Journal of Monetary Economics*, v. 49, n. 4, p. 761-795, 2002.
- LISBOA, Marcos e PESSOA, Samuel. *O Valor das Ideias: debates em tempos turbulentos – 1ªED.* (2019)
- MONNIN, Pierre; *Inflation and Income Inequality in Developed Economies*, 2014.
- RODRIGUES, Mauro e SABBADINI, Ricardo. Impactos da inflação sobre a desigualdade de renda. ANPEC, Área 3, classificação JEL: D30, E31, 2010.
- ROMER, Christina; ROMER, David. *Monetary policy and the well-being of the poor*. *NBER Working Paper Series*, n. 6793, 1998.
- SABBADINI, Ricardo. Dois ensaios empíricos em macroeconomia e desigualdade de renda. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.